

A MULHER NA ESTRUTURA LABORAL NO BRASIL: APONTAMENTOS HISTÓRICOS DA ATUALIDADE

WOMEN IN LABORAL STRUCTURE IN BRAZIL: HISTORICAL NOTES OF TODAY

MUJERES EN ESTRUCTURA LABORAL EN BRASIL: NOTAS HISTÓRICAS DE HOY

Maria Betânia de Carvalho Fidalgo Arroyo[i]

Mario Vasconcellos Sobrinho[ii]

Ana D'Arc Martins de Azevedo[iii]

RESUMO

Este artigo objetiva apresentar apontamentos históricos fundamentais para entender a mulher na estrutura laboral no Brasil através de aspectos contextuais da atualidade. As reflexões fazem parte de uma pesquisa mais ampla que discute a mulher na gestão organizacional e sua influência no (re)desenvolvimento da cultura organizacional de Instituições de Educação Superior Privada. Os dados apresentados, em particular, são derivados de uma pesquisa bibliográfica. O artigo demonstra que, apesar de tamanha assimetria, tem sido cada vez maior a presença das mulheres no mundo do trabalho remunerado. Elas têm conquistado emancipação profissional e ocupado cargos antes eminentemente masculinos.

Palavras-Chave: Mulher. Laboral. Protagonismo Histórico Feminismo.

ABSTRACT

This article aims to present fundamental historical notes to understand women in the labor structure in Brazil, through current contextual aspects. The reflections in this article are part of a bigger research that discusses women in organizational management and its influence on the (re) development of the organizational culture of Private Higher Education Institutions. The data in this article, in particular, are derived from a literature search. The article demonstrates that despite such asymmetry, the presence of women in the world of paid work has been increasing. They have achieved professional emancipation and held positions previously eminently male.

Keywords: Woman. Labor. Historical Protagonism Feminism.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo presentar apuntes históricos fundamentales para comprender a la mujer en la estructura laboral en Brasil, a través de aspectos contextuales actuales. Las reflexiones de este artículo son parte de una investigación más amplia que analiza la mujer en la gestión organizacional y su influencia en el (re) desarrollo de la cultura organizacional de las Instituciones Privadas de Educación Superior. Los datos de este artículo, en particular, se derivan de una investigación bibliográfica. El artículo demuestra que a pesar de la asimetría, la presencia de la mujer en el mundo del trabajo remunerado ha aumentado. Ha logrado la emancipación profesional y ha ocupado cargos anteriormente eminentemente masculinos.

Palabras-clave: Mujer. Labor. Protagonismo histórico del feminismo.

INTRODUÇÃO

É nas contradições do capitalismo dominante, principalmente nos séculos XIX e XX que a mulher vai se destacar na luta e defesa de seus direitos. Nas esferas pública e privada, a mulher busca romper com a histórica subalternização a que foi submetida, excetuando nas sociedades primitivas.

É nesse processo de intensificação do capitalismo e exploração a ele inerente que as manifestações vão se proliferar. A emblemática data de 08 de março, alusivo ao Dia Internacional da Mulher, que marca a luta de centenas de mulheres queimadas vivas em uma fábrica dos Estados Unidos ao reivindicarem melhores condições de trabalho, evidencia o vigor do protagonismo feminino na defesa de direitos. Há controvérsias sobre a data, mas há também consensos teóricos de que a luta de mulheres no embate com o capitalismo tem sua origem na organização de mulheres socialistas (BLAY, 2001).

O século XX foi um século de lutas e conquistas, mas também de perpetração de desigualdades de direitos entre homens e mulheres, principalmente no mundo do trabalho e valorização salarial.

As duas últimas décadas do século XX foram marcadas por mudanças complexas e multifacetadas, em que a reestruturação da base produtiva, a flexibilização do mundo do trabalho, a redução do papel do Estado na economia, a intensificação do uso de TICs, entre outros fenômenos que marcam a sociedade da informação, do conhecimento e da aprendizagem constituíram-se desafios para a educação no século XXI (COUTINHO; LISBÔA, 2011).

Pelo exposto, indagamos: Quais são os apontamentos históricos fundamentais para entender a mulher na estrutura laboral no Brasil através de aspectos contextuais da atualidade? A partir desse questionamento central, consideramos como objetivo geral: identificar apontamentos históricos fundamentais para entender a mulher na estrutura laboral no Brasil através de aspectos contextuais da atualidade.

Dessa forma, os objetivos específicos consistem em: a) apresentar linha do tempo categorizada em mulheres entre a Idade Antiga e a Moderna; b) caracterizar aspectos teóricos sobre a mulher na estrutura laboral no Brasil.

A seguir, os fundamentos teóricos pesquisados, em função dos objetivos específicos preconizados para este artigo.

LINHA DO TEMPO CATEGORIZADA EM MULHERES ENTRE A IDADE ANTIGA E A MODERNA.

Braga (2019) aponta que o surgimento da antropologia de base evolucionista, desenvolvida principalmente no século XIX, possibilita o empreendimento de estudos sobre a mulher em sociedades primitivas, e cita estudos de referência sobre tal período histórico da humanidade. A sociedade primitiva tinha sua centralidade no clã materno, em que a maternidade não se configurava como algo subjugado ou inferior, mas associada ao dom da natureza e posição de prestígio por sua função procriadora. É considerado um tempo histórico em que não havia dominação entre os sexos. O papel da mulher naquele contexto foi fundamental para o descobrimento da agricultura, dado seu trabalho na garantia de alimentos pela colheita de vegetais, ao lado do homem, que se constituiu caçador (REED, 2008).

O patriarcado não pode ser considerado natural e/ou biológico, mas derivação de circunstâncias históricas que favoreceram a emergência da dominação masculina na sociedade. Considera a autora que não se pode objetivar um tempo exato de marcação das sociedades patriarcais, posto ter sido um processo gradativo, resultante de um maior controle do homem sobre a natureza e a sexualidade da mulher, contribuindo para uma configuração de superioridade masculina sobre a feminina, mas ao mesmo tempo uma contradição moral e social pelo medo da posição feminina (MURARO, 2000).

Reconhecida como berço da civilização ocidental, a mulher é abordada na literatura sobre a Grécia Antiga como “um ser absolutamente passivo”, vista com

inferioridade relativamente ao homem em diversos aspectos: anatômico, fisiológico e psicológico (BRANCO, 2013, p. 82).

Aristóteles, segundo Branco (2013), chegou a definir as mulheres como débeis e irracionais, detentoras de um cérebro menor que o masculino, a imperfeição e a incompletude do homem, refletindo tal debilidade no “corpo úmido, mole e inconsistente”. Platão, por outro lado, se posicionava a favor da igualdade dos sexos – mas, com ressalvas: “desde que respeitado o potencial, talento, aptidão e limitações de cada um” pois, para ele, as mulheres eram inferiores naturalmente, sendo, portanto, “justa” a “igualdade” comandada pelos homens (BRANCO, 2013, p. 82-83).

É nos marcos da civilização ocidental que o patriarcado instaurado por juristas romanos, atendendo a interesses dos ricos, estabeleceu a descendência paterna, portanto, o pai como base do parentesco, e não a mãe (REED, 2008).

Na Idade Média essa condição não foi tão modificada. A dependência feminina a algum homem era tanta que as mulheres chegaram a ser descritas como “um mero apêndice da raça humana”, que, com um estilo instrutivo e de divertimento, com divulgação de ideias filosóficas, de literatura moderna, entre outras, e por não se vincular a questões políticas da época, agradava a burguesia e a classe média emergente (STEELE, 2010).

No âmago da sociedade feudal, baseada em extensos latifúndios e concentração da posse de terras num único senhor, que teve nos séculos IX e XIII o seu apogeu, é também um período da História que se estendeu por séculos, inclusive até os primórdios do século XX em alguns países europeus. O feudalismo representa um período expansionista e de crescimento econômico, de aumento da população e da produção agrícola, progressivo processo de nuclearização urbana, de produção manufatureira, entre outros elementos marcantes (BAUER, 2001).

O poderio da Igreja Católica também é marcante neste tempo histórico, não apenas pela influência

clerical na sociedade, mas também pela importância do catolicismo, inclusive na inculcação ideológica, o que vai se reproduzir, por exemplo, no Brasil, com o domínio de jesuítas na educação brasileira até meados do século XVIII (BAUER, 2001).

As contradições de classes são acentuadas neste período histórico, em que, por exemplo, camponeses perdem o direito de uso das florestas, reduzindo, assim, sua autonomia de caça e diminuição de áreas para pastagens. Não apenas contradições de classe são evidentes, como de gênero também. A exploração do trabalho feminino e a precarização de sua condição de existência, subjugada ao homem, reduz seu papel às ocupações maternas e do lar (BAUER, 2001).

Nos séculos XVII e XVIII, durante a Reforma Protestante, houve avanços quanto à condição feminina, posto que Lutero pregava a alfabetização de todos, possibilitando a leitura das Escrituras, dando início a um processo irreversível de alfabetização da mulher, apesar da valorização do modelo familiar patriarcal em voga, que subjugava as esposas.

Rohden (2001) menciona os ideais libertários e igualitários da Revolução Francesa, no final do século XVIII, e um contraponto: a preocupação de médicos, principalmente, quanto à diferença entre homens e mulheres, já que as ideias iluministas não revolucionaram também as representações médicas relativamente à natureza dos seres humanos. Conforme a autora, houve justamente o contrário, ou seja, “uma reafirmação sem precedentes da sua condição biológica e dos papéis sociais atribuídos a cada sexo” (ROHDEN, 2001, p. 29).

As questões relativas à feminilidade vêm sendo há muito abordadas por diversos autores, por exemplo, Rousseau, um dos teóricos do Iluminismo, em meados do século XVIII, foi “um dos ideólogos de destaque na confecção do perfil moderno de feminilidade”, sendo um tema constante em várias obras de sua literatura filosófica (NOVELINO, 1998, p. 19).

Em uma de suas clássicas obras – Emílio ou da Educação – Rousseau (1995), teórico defensor do Contrato

Social, defende a desigualdade de gênero, de que a participação de homens e mulheres na política, na autonomia da vida social de direitos à liberdade não seriam igualitários. Na visão do pensador iluminista, a mulher seria excluída de direitos à cidadania. Os ideários de Rousseau seguirão repercutindo em outros tempos históricos (NOVELINO, 1998).

A emergência da burguesia como classe social, do capitalismo como modo de produção econômica e do domínio político e cultural vai repercutir no papel da mulher na sociedade nestes últimos séculos, papéis estes que ainda perduram. O aprofundamento das desigualdades de classes sociais no capitalismo também repercutirá na condição da mulher.

Os ideais liberais da Revolução Francesa, as transformações provocadas pela Revolução Industrial na Inglaterra e impactos no mundo do trabalho implicarão mudanças na política, na vida pública e na esfera privada. É em meio à Revolução Francesa que as mulheres exercem sua liberdade e apresentam suas reivindicações, cuja “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã”, escrita por Olympe de Gouges, é um marco histórico, como argumentado por Miguel (2014). Reconhecedor do mérito da autora francesa e da declaração, o autor analisa que é com a filósofa Mary Wollstonecraft que se chegará à compreensão das raízes da opressão das mulheres.

O livro Reivindicação dos Direitos das Mulheres, de Wollstonecraft (2015), dividido em 13 capítulos, trata sobre o tema da mulher a partir de diversos prismas, em que sob influência do ideário libertário da Revolução Francesa, a filósofa defende a emancipação das mulheres e o combate à exclusão da vida pública. A autora contesta a concepção reducionista e submissa defendida por Rousseau e é reconhecida como uma precursora do feminismo.

A seguir se discorre sobre a mulher na estrutura laboral no cenário brasileiro.

A MULHER NA ESTRUTURA LABORAL NO BRASIL

Historicamente, o Brasil esteve sob o domínio de Portugal entre os séculos

XVI e XIX, desde sua ocupação em 1500 até a proclamada independência em 1822, marcando, com isso, o período colonial. É sabido, no entanto, que o Brasil tem os indígenas como povos nativos, reconhecidos na época como uma população ameríndia com razoável homogeneidade cultural e linguística, dominada por dois blocos principais: os tupis-guaranis e os tapuias.

Fausto (2006) faz uma abordagem histórica sobre o Brasil desde o período que antecede o Brasil Colonial até o que ele denomina como a Nova Ordem Mundial, a partir da década de 1980. Os estudos do autor constituem-se um importante aporte teórico sobre o contexto histórico brasileiro e para a compreensão da questão de gênero em diferentes tempos.

Tempos históricos sintetizados em períodos colonial, imperial e republicano traduzem a ocupação do Brasil pelo modelo de colonização de exploração adotado por Portugal; as lutas de indígenas e negros contra a desfaçatez lusa, expondo, com isso, as contradições do processo de dominação colonial e imperial. Indígenas, negros africanos escravizados, mestiços, homens e mulheres subjugados e vivendo em condições precárias resistiram e lutaram por direitos.

Nestes tempos de dominação colonial e imperial no Brasil, o patriarcado vigente no Ocidente fora reproduzido por portugueses. O poder do homem branco era exercido sobre mulheres e escravos. A mulher, pertencente a diferentes estratos sociais vivia condições de inferioridade, embora as práticas se distinguissem conforme a posição de classe (BRAGA, 2019).

Nos primeiros tempos de colonização no Brasil havia uma percepção de que o corpo feminino representava uma obscura disputa entre Deus e o Diabo, sendo a doença concebida como uma advertência divina: “A natureza feminina em Portugal buscava ser entendida a partir de estudos de fisiologistas e médicos, que se interrogavam sobre para quais fins Deus teria criado a mulher, e a medicina praticada objetivava definir um padrão de normalidade feminina” (DEL PRIORE; BASSANEZI, 2004, p. 82).

A expansão do capitalismo no mundo também reconfigurou a sociedade brasileira no século XIX, marcada pela ascensão da burguesia e reorganização das vivências familiares e em sociedade, a progressiva urbanização, a ressignificação de mentalidades e que repercutem na condição feminina e papel das mulheres na sociedade, em que a valorização da intimidade e da maternidade se destaca. O ideal de maternidade dedicada é cultivado pela família burguesa e está presente na literatura, em obras de artes e publicações do final do século XIX e primeiras décadas do século XX (D'INACIO, 2004).

A educação da mulher nas últimas décadas do século XIX apresentava-se como uma necessidade associada à modernização da sociedade. Assim, para além do ideal de “boa dona de casa” e “boa mãe”, foram agregados processos educativos diversificados, a exemplo de aulas de piano, canto e dança, francês, na perspectiva de que jovens da elite retiradas de processos de escolarização em tenra idade tivessem acesso à formação que possibilitasse um convívio social menos fútil (MOREIRA, 2005).

Considerada uma precursora do feminismo no Brasil, Nísia Floresta, pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto, nordestina do interior do Rio Grande do Norte, vai exercer importante papel na educação feminina no século XIX no país. Duas obras de Nísia Floresta se destacam neste sentido: *Conselhos à minha filha*, de 1842, e *Opúsculo humanitário (Ensaio sobre Educação)*, de 1853. Sua preocupação com a educação de meninas conduziu-a a fundar, em 1938, o Colégio Augusto, no Rio de Janeiro, voltado para meninas, dirigido por ela durante vários anos.

Campoi (2011) faz importante estudo sobre a contribuição de Nísia Floresta ao feminismo, à educação e às lutas de resistências de seu tempo, uma vez que no século XX, no Brasil:

É considerado como muito importante relativamente às conquistas femininas, aos engajamentos em movimentos de afirmação de direitos, de conquista do espaço público. Foi no início da segunda metade do século XX, nos anos de 1960, que ocorreu no Brasil a ascensão econômica feminina, anunciada para todos os cantos do mundo, motivo de

orgulho da mulher. Neste contexto destacam a busca pelo acesso à educação, luta pela conquista do voto e ideais políticos, o valor da mulher pelas letras e pelas artes (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000, p. 14).

As brasileiras só tiveram acesso às urnas eleitorais em 24 de fevereiro de 1932, resultando no crescimento da alfabetização feminina. Ao se observar a trajetória educacional brasileira é possível notar o surgimento das Universidades na década de 1930 e o das políticas regulatórias iniciais, encabeçadas pelos movimentos políticos e sociais da época (BELTRÃO; ALVES, 2009).

Quanto ao contexto laboral no Brasil, um comparativo estabelecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, por exemplo, sobre a participação de homens e mulheres no mercado de trabalho brasileiro, desde a década de 1970 até o ano 2000, apresenta um percentual masculino sempre superior em relação ao feminino, em todas as décadas.

Dados mais recentes publicados em março de 2019, pelo IBGE, tomando-se em conta a participação, segundo o sexo, nos grupamentos ocupacionais do trabalho principal, revelam que a presença das mulheres é mais marcante em ocupações elementares (55,3%); no ramo de serviços, vendedoras em comércios e mercados (59,0%), entre profissionais das ciências e intelectuais (63,0%) e como trabalhadoras de apoio administrativo (64,5%) (IBGE, 2019).

Os homens, são predominantes em setores, como forças armadas, policiais e bombeiros militares (86,8%); operadores de instalações e máquinas e montadores (86,2%); trabalhadores qualificados, operários e artesões (83,8%) e os trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca (78,9%) (IBGE, 2019).

Na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD é apontada que a diferença do rendimento do trabalho de mulheres e homens nos grupos ocupacionais, tendo em conta a população ocupada na faixa etária 25 a 49 anos no Brasil, decorrem de diversos elementos estruturais do mercado de trabalho, a exemplo da faixa etária, cor ou raça, horas

trabalhadas, nível educacional e tipo de ocupação exercida pela pessoa. O rendimento médio real por gênero teve uma melhora em cinco anos, mas as assimetrias ainda são significativas e os homens continuam em uma posição mais favorável, inclusive acima do crescimento total (IBGE, 2019).

Em 2016, outro estudo do IBGE, *Estatísticas de Gênero – Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil*, analisou o contexto da ocupação de cargos gerenciais, tanto públicos como privados. De acordo com o resultado, 60,9% dos cargos são ocupados por homens e somente 39,1% pelas mulheres.

Ao problematizar se a relação de gênero e trabalho no Brasil significam novas conquistas ou persistência da discriminação que a diversificação das funções de mulheres nos setores predominantes de sua inserção laboral – saúde, educação e serviços – reproduz a polarização entre mulheres altamente qualificadas e valorizadas profissional e economicamente e as de menor nível de qualificação com baixos salários e desvalorização social, constatada não apenas em países desenvolvidos na Europa, mas também no Brasil (BRUSCHINI, 2000).

É válido considerar que há uma construção hegemônica da masculinidade nas relações sociais, que funciona não só como referência, mas também enquanto critério comparativo na construção do gênero feminino. Depreende-se do exposto a dominância do universo masculino nas sociedades, sobre a construção de identidades sociais na inflexão de feminilidades e masculinidades, inclusive no contexto escolar (FERNANDES, 2007). Para esse autor, gênero é uma categoria de análise que deve refutar concepções biologizantes e/ou naturalizadoras de desigualdades, subalternizando a mulher, em que mudanças nas dimensões econômicas, sociais, culturais, políticas e tecnológicas repercutem no delineamento de identidades.

A feminilidade como construção simbólica é abordada sobre a diferenciação de sexo e gênero que se insere num conjunto de oposições, a exemplo de fora e dentro, aberto e fechado, no bojo de estruturas objetivas e cognitivas, no tecido social (BOURDIEU, 1999).

Independente disso, a mulher vem conquistando, ao longo do tempo, seu espaço no mercado de trabalho, mesmo que isto ocorra de forma distinta em relação aos homens, com claras diferenças de salários, por exemplo, muitas vezes menor para as mulheres que desempenham atividades iguais às desenvolvidas por homens, essa desigualdade é percebida desde os tempos da Revolução Industrial.

“Homens e mulheres formam dois grupos sociais que estão diretamente ligados por uma relação social de gênero, a qual possui uma base material que [...] é o trabalho” (OLIVEIRA; BRANGION; MAGALHÃES, 2011). E as diferenças relativas aos sexos repercutem justamente sobre as relações de trabalho, mesmo que sexo não seja o mesmo que gênero. E asseveram, sob a perspectiva de que as relações de gênero embasam a instituição familiar, que promovem, assim, as funções do homem e da mulher a partir de conceitos sociais

Tais afirmativas se dão em função de que se consideram atividades femininas em associação às funções de reprodução, sendo que, geralmente, também estão agregadas às atividades que se relacionam ao próprio espaço privado destinado à “família” e à produção de valores de uso para o consumo familiar. Já as atividades destinadas à produção social e que são desenvolvidas no espaço público são tidas como uma atribuição masculina (OLIVEIRA; BRANGION; MAGALHÃES, 2011, p. 4).

Dessa forma, encontramos-nos diante de um mosaico cultural ao qual somam-se interesses ideológicos e políticos que interferem, diretamente, na trajetória da mulher, nos âmbitos social, político e profissional. A mulher, então, a partir do século XIX, culta, começa a ocupar seu lugar na sociedade, ultrapassando os limites impostos socialmente que a mantinham da porta de suas casas para o interior delas, especialmente na Europa (SERPA, 2010).

Contudo, que mesmo que ainda se constate a existência de mulheres fora do mercado de trabalho que dedicam-se ao cuidado dos filhos e do lar, é possível verificar o crescimento do número “de profissionais do sexo feminino que estão disputando, em condições de

igualdade e, muitas vezes, de superioridade, um determinado espaço no campo social, econômico e político” (SERPA, 2010, p. 10).

Isto, portanto, leva à consideração de que as mulheres estão adotando uma nova postura, diferente, por ser atuante, não somente por seus próprios ânimos e valores, “mas também pelas exigências do mundo moderno, que obrigou os homens a abrirem mão de sua atitude dominadora e caminharem no sentido de uma parceria necessária e enriquecedora” (SERPA, 2010, p. 10).

A ocupação de cargos nos diversos setores produtivos por mulheres é reconhecida como produtivo, político e social, contribuindo para o desenvolvimento do país (KURZAWA, 2003). Mesmo assim, existe um paralelo entre competências e o mundo masculino ao afirmar que o debate relativo às questões da qualificação e da competência pode ser analisado pelo “ponto de vista que permite pensar essa noção a partir de uma perspectiva feminina” (SERPA, 2010, p. 12).

Normalmente, ao se cogitar as relações de competência, rapidamente aparecem contextos “e características masculinas: criatividade, responsabilidade, iniciativa, capacidades técnicas e autonomia no trabalho. As mulheres raramente estão presentes em cargos que requerem tais características” (SERPA, 2010, p. 12). E, quando isto ocorre, a remuneração é menor para as mulheres, sendo esse um fenômeno em escala mundial.

Por outro lado, Oliveira, Brangion e Magalhães (2011) consideram a crescente participação feminina no mercado de trabalho, referindo-se à representatividade da remuneração da mulher para o contexto familiar, apesar das mulheres buscarem o exercício de atividades preferencialmente consideradas femininas, por tradição, indício de manutenção de um padrão de segregação ocupacional.

Vale ressaltar o cenário atual em que há dinâmicas mais favoráveis às mulheres em relação a realidade social do passado, após estarem as mulheres, ao longo de muitos anos, submissas a valores e regras diferenciados no mercado de trabalho.

Essa mudança significativa relativamente à cultura patriarcal e machista vivenciada no Brasil se dá em função do próprio mercado, que reconhece a importância da mulher “em cargos estratégicos e acredita que suas características são relevantes na hora de empreender, enxergando nelas um novo estilo de liderar”, conforme compreendem Thimóteo, Zampier e Stefano (2015, p. 53), além de que a forte pressão das mulheres em busca da ocupação de seus espaços no mercado de trabalho contribuiu para a mudança daquela realidade.

As diferenças de gênero no Brasil, apuradas por Calegari (2018), a partir da base de dados do IBGE e publicadas na Revista Exame, relativamente à taxa de frequência escolar no ensino médio, à proporção de adultos com educação superior completa (incluindo as respectivas raças), ao tempo dedicado aos afazeres domésticos, às diferenças salariais, à representação política na Câmara dos Deputados e a cargos de gerência nas empresas, os números demonstram, ainda, as claras diferenças quando se trata de mercado de trabalho, evidencia os desafios atuais no contexto brasileiro.

As mulheres possuem maior taxa de escolaridade no ensino médio e na educação superior que os homens; ou seja, estudam mais que as pessoas do gênero masculino, e trabalham mais em casa do que os homens. Porém, recebem menos que eles no mercado de trabalho formal e possuem menos cargos de gestão, dos quais somente 37,8% são por elas ocupados.

Porém, há alguns estados brasileiros que possuem realidade diferente da média em relação à participação feminina no mercado de trabalho formal. Segundo o Ministério do Trabalho a apuração mais recente da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) demonstrou que as mulheres ampliaram sua participação no mercado formal, em 10 anos – de 2007 a 2016 –, de 40,85% para 44%, especialmente no Acre, Amapá, Piauí, Roraima e Rio Grande do Sul. No mesmo período também foi possível verificar a redução da diferença salarial de 17% para 15% em relação aos homens. A mesma fonte revela que em alguns estados as

as mulheres têm superado a remuneração média em relação aos homens, e o Pará está entre tais estados. Espera-se que tal “tendência” se efetive e leve o mercado de trabalho formal a considerar igualmente os labores desenvolvidos por ambos os gêneros (E-COMMERCEBRASIL, 2018).

CONCLUSÃO

À guisa de conclusão e ancorada em pilares teóricos que demandam da mulher exercer, necessariamente, uma característica humanística para contribuir na reconstrução de atitudes e valores, ética e comprometimento junto aos colaboradores para se relacionarem com o outro e a sociedade em geral, independentemente de gênero, classe social, raça, etc., essa característica humanística, embora possa ser exercida indistintamente por qualquer pessoa, para mulher é requerimento fundamental, sob pena de ter que assumir o estereótipo de ser “semelhante ao homem” na forma de gestão.

Assim, a partir dos objetivos da pesquisa, constatamos que aspectos econômicos e sociais distintos entre mulheres indígenas, negras e europeias determinam dinâmicas específicas de viver o cotidiano, a feminilidade por meio de valores e práticas culturais inerentes às suas histórias e origens.

Finalmente, verificamos ainda que a posição econômica de mulheres no Brasil nos tempos coloniais e imperiais configuraram também papéis diferentes para as mulheres no país. E num cenário contemporâneo, em que o mundo do trabalho se complexifica, e as relações assumem novos contornos, a inserção da mulher no espaço organizacional laboral vai se resignificando e ganhando mais visibilidade por mais oportunidades, reconhecimentos e ocupações em cargos hierarquicamente superiores.

REFERÊNCIAS

- BAUER, Carlos. **Breve História da Mulher no Mundo Ocidental**. São Paulo: Pulsar, 2001.
- BELTRÃO, Kaizô Iwakami; ALVES, José Eustáquio Diniz. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. **Cadernos de Pesquisa [online]**. v. 39, n. 136, p. 125-156, 2009. Disponível em: <https://cutt.ly/fhTBN35>. Acesso em: 20 jan. 2019.
- BLAY, Eva Alterman. Oito de março: Conquistas e controvérsias. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, p. 601-606, 2001. Disponível em: <https://cutt.ly/lhTNYa2>. Acesso em: 01 dez. 2020.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BRAGA, Gleidy. As mulheres no contexto das sociedades ocidentais: uma luta por igualdade. **Revista Humanidade e Inovação**. v. 6, n. 10, 2019. Disponível em: <https://cutt.ly/chTNUPU>. Acesso em: 01 dez. 2020.
- BRANCO, Luciana Temer Castelo. O feminino e o direito à igualdade: ações afirmativas e a consolidação da igualdade material. In: FERRAZ, Carolina Valença. et al (orgs.). **Manual dos Direitos da Mulher**. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.
- BRUSCHINI, Cristina. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil 1985/95). In: ROCHA, Maria Isabel Baltar (org.). **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. São Paulo: Editora 34, 2000. p. 13- 58.
- CALEGARI, Luíza. A desigualdade de gênero no Brasil em um gráfico. **Revista Exame**, 7 mar. 2018. Disponível em: <https://cutt.ly/0hTNfIO>. Acesso em: 20 abr. 2019.
- CAMPOI, Isabela Candeloro. O livro “Direitos das mulheres e injustiça dos homens” de Nísia Floresta: literatura, mulheres e o Brasil do século XIX. **História**, v. 30, n. 2, p. 196-213, 2011.
- COUTINHO, Clara. Pereira; LISBÔA, Eliana. Santana. Sociedade da informação, do conhecimento e da aprendizagem: desafios para educação no século XXI. **Revista de Educação**, v. 18, n. 1, p. 5-22, 2011. Disponível em: <https://cutt.ly/rhTNj9r>. Acesso em: 25 fev. 2020.
- D'INACIO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary (org.). BASSANEZI, Carla (coord.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.
- DEL PRIORE, Mary (org.); BASSANEZI, Carla (coord.). **História das mulheres no Brasil**. Editora Contexto, São Paulo, 2004.
- E-COMMERCEBRASIL. **Em dez anos, cai diferença entre homens e mulheres no mercado de trabalho**. 19 fev. 2018. Disponível em: <https://cutt.ly/9hTNnkS>. Acesso em: 20 abr. 2019.
- FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2006.
- FERNANDES, Luís Antonio Bitante. Construindo Identidades Sociais: feminilidade e masculinidade. In: Encontro Anual da ANPOCS, 31, 2007, Caxambu (MG). **Anais [...]** Caxambu: 2007. Disponível em: <https://cutt.ly/LhTNRUN>. Acesso em: 20 fev. 2019.
- IBGE. **Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/17270-pnad-continua.html> Acesso em: 10 dez. 2020.
- KURZAWA, Luciane Lima Peres. **O Papel da Mulher na Gestão Pública**. 2003. Disponível em: <https://cutt.ly/chTNSli>. Acesso em mar. 2020.
- MIGUEL, Luis Felipe. O feminismo e a política. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 17-29.
- MOREIRA, Maria Cecília Gonçalves. **A violência entre parceiros íntimos: o difícil processo da ruptura**. 2005. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
- MORGAN, Gareth. **Imagens da Organização: edição executiva**. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- MURARO, Rose Marie. **A mulher no terceiro milênio: uma história da mulher através dos tempos e suas perspectivas para o futuro**. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 2000.
- NOVELINO, Aída Maria. Feminilidade: um perfil cultural. **Tópicos Educacionais**. v. 16, n. 1-3, p. 19-31, 1998. Disponível em: <https://cutt.ly/3hTNVlg>. Acesso em: 02 jan. 2019.
- OLIVEIRA, Daysa Andrade; BRANGION, Adriana Ribeiro; MAGALHÃES, Yana. Representações Sociais de Gênero no Setor de Manutenção de uma Empresa Mineradora. In: Encontro da ANPAD, 35, 2011, Rio de Janeiro (RJ). **Anais [...]** Rio de Janeiro: 2011. Disponível em: <https://cutt.ly/ShTNOEF>. Acesso em: 20 jan. 2019.
- REED, Evelyn. **Sexo contra sexo ou classe contra classe**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.
- ROHDEN, Fabíola. A questão da diferença entre os sexos: redefinições no século XIX. In: **Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001. p. 29-48. Disponível em: <https://cutt.ly/5hTM7Pn>. Acesso em: 20 jan. 2019.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da Educação**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Erico Vital (orgs.). **Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade biográfico e ilustrado**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2000.
- SERPA, Nara Cavalcante. A inserção e a discriminação da mulher no mercado de trabalho: questão de gênero. In: Fazendo Gênero, 9, 2010, Florianópolis (SC). **Anais [...]**. Florianópolis: 2010. Disponível em: <https://cutt.ly/xhTOW49>. Acesso em: 10 jan. 2019.
- STEELE, Richard. **The ladies library Written by a lady**. Published by Sir Richard Steele. The third edition. Volume 3 of 3. Gale ECCO, 2010.
- THIMÓTEO, Polyana Martins; ZAMPIER, Márcia Aparecida; STEFANO, Sílvio Roberto. Atuação feminina em cargos de liderança: a realidade de algumas empresas de uma cidade da mesorregião central do Paraná. **Revista da Micro e Pequena Empresa**. v. 9, n. 1., p. 53-75, 2015. Disponível em: <https://cutt.ly/ghT0piV>. Acesso em: 20 jan. 2019.
- WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos das mulheres**. Tradução e notas de Andreia Reis do Carmo. São Paulo: Edipro/Boitempo, 2015.

Artigo recebido em: 17 out. 2020. | Artigo aprovado em: 15. nov. 2020.

[i] Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Administração (PPAD) da Universidade da Amazônia (UNAMA). Atualmente exerce funções de Reitora da Universidade da Amazônia (UNAMA). Presidente do Conselho Estadual de Educação (CEE), do Estado do Pará. Diretora Regional do grupo Ser Educacional. Membro da Academia Paraense de Letras (APL). Docente colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura (PPGCLC) da UNAMA.

Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-7745-6394>

E-mail: betania.fidalgo@unama.br

[ii] PhD em Estudos do Desenvolvimento (2007) pelo Centre for Development Studies (CDS), University of Wales Swansea (Reino Unido). Professor de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local do Núcleo de Meio Ambiente da UFPA (NUMA/UFPA). Pesquisador e professor da Universidade da Amazônia (UNAMA), no Programa de Pós-Graduação em Administração (PPAD). Pesquisador Bolsista Produtividade Tecnológica e Extensão Inovadora 2 do CNPq.

Orcid:<http://orcid.org/0000-0001-6489-219X>

E-mail: mario.vasconcellos@unama.br

[iii] Doutora em Educação/Currículo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Culturas (PPGCLC) e do Programa de Mestrado Profissional em Gestão de Conhecimentos para o Desenvolvimento Socioambiental da Universidade da Amazônia (UNAMA). Coordenadora e Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Saberes e Práticas Educativas de Populações Quilombolas - EDUQ/UEPA e do Grupo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Diversidade e Inclusão - GEPIDI/UNAMA.

Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-4240-9579>

E-mail: azevedoanadarc@gmail.com
